

Falta de recursos dificulta metas

Heitor Tepedino

O Governo vem insistindo que, neste momento, a escassez está concentrada em poucos produtos alimentícios, procurando amenizar a tortura daqueles que enfrentam filas, o que é uma psicologia errônea, já que o mais importante é saber-se quais são as providências que estão sendo adotadas para que a oferta e a procura voltem a equilibrar-se. A primeira vista, constata-se que o Governo e os empresários estão falando línguas diferentes.

E incontestável que a vitória sobre a inflação alucinante de 15% ao mês dá ao Governo muitos pontos positivos, o que deveria ser o cacife para enfrentar a realidade e denunciar-se à Nação que o setor produtivo decidiu fazer uma revolução branca contra o congelamento de preços e retiraram os seus produtos das prateleiras.

A grande verdade é que o setor privado está investindo muito pouco em termos de expansão da produção, com raras exceções, no temor de que esta onda consumista seja temporária. Com isto, mostra suas desconfianças sobre o Plano de Metas, principalmente na estimativa de um crescimento econômico de 7% ao ano, achando-se que o Governo não terá recursos para sustentar esta meta.

Na própria cúpula da área econômica admite-se que o Governo assumiu compromissos políticos excessivos — como a promessa de não se aumentar o Imposto de Renda na Fonte — que deverão prejudicar os programas, já que definitivamente os recursos existentes são insuficientes para as metas desejadas. Mais do que ninguém os empresários sabem disto, como os investidores também, podendo-se observar esses fatos através do desempenho das bolsas de valores nas últimas semanas. Dizem os especialistas que o desempenho das ações é a previsão do futuro.

Apesar dessas dificuldades, o Governo insiste em dizer que tudo vai muito bem, talvez ansioso pelos resultados das próximas

eleições. Mas, duas áreas das mais importantes ainda sobrevivem sem uma solução viável: primeiro, a das cadernetas de poupança, sem que o Governo consiga apresentar um atrativo maior que atraísse novamente os aplicadores, o que deixa o setor da construção civil sem a esperada expansão, gerando emprego para a mão-de-obra menos qualificada. Em segundo lugar, as aplicações e os conseqüentes financiamentos de longo prazo, imprescindíveis para qualquer economia sólida, também estão sem um rumo definido.

Com isto, o setor de construção vai tocando o barco com o retorno dos empréstimos contratados nos últimos anos, enquanto os grandes investimentos não podem ser implementados, porque a única fonte de recursos desta área era o empréstimo externo, que secou em 1982. Até hoje, não se conseguiu qualquer substituto nacional para a poupança estrangeira. Ao contrário, com o Plano Cruzado baixou uma tempestade consumista no Brasil, reduzindo drásticamente a pequena poupança disponível.

Como se pode observar, enquanto os nossos ministros da área econômica permanecem mais tempo no exterior do que no Brasil, os nossos problemas e nossas soluções têm de ser encontradas aqui mesmo, mas o trabalho neste sentido está muito tímido, como se aguardasse algum milagre de última hora.

Neste contexto, o presidente José Sarney, deveria exigir a permanência em Brasília dos seus auxiliares e demais assessores, porque sem muito trabalho e sem muita imaginação este Governo pode ingressar em uma fase crítica e de difícil saída, já que até as nossas reservas internacionais que vinham garantindo uma posição confortável na negociação de nossa dívida externa estão sendo desviadas para a importação de alimentos, o que é um risco muito grande. Um Governo que trabalha três dias por semana não pode administrar um País candidato a sair do subdesenvolvimento.